

TESTEMUNHOS DE *REVE* NO OCIDENTE BRÁCARO*

Armando Redentor

1. DA DEIDADE

Em face dos dados epigráficos de que no presente a investigação dispõe sobre a religiosidade indígena, é *Reue*, juntamente com *Bandue* e *Nabiae*, uma das divindades paleo-hispânicas mais difundidas no Ocidente da Península Ibérica, aparecendo, inclusive, referenciada em dois dos documentos que se conhecem em língua lusitana, em concreto nas inscrições do Cabeço das Fráguas (*MLHIV* L.31) e de Arronches (Carneiro *et al.* 2008).

A simetria interpretativa entre *Reue* e Júpiter, considerando aquela forma um dativo identificável com o nome da divindade celeste indo-europeia **dyēu-s*, foi defendida por Búa 1997, 82, sendo esta via retomada por Witzak 1999, 70-71, acarretando a sua proposta como requisito a alteração fonética /d/ > /r/, que defende comparável ao que se passa no umbro. Deste modo, é considerada a divindade *Reue* formal e etimologicamente aparentada às que estão no topo dos panteões romano e grego.

Ambas as intervenções centram-se exclusivamente na forma teonímica e não acarream qualquer contribuição advinda da análise dos epítetos que, em regra, surgem a precisar as invocações. Neste particular distinguem-se do estudo fundamental de Villar 1996, no qual se parte da análise epitética como via para melhor definir uma etimologia para o teónimo, fortalecendo o seu pilar semântico. O resultado encontrado abona um contexto semântico fluvial, sustentáculo decisivo para o autor considerar o teónimo uma palavra para rio procedente de **H₁reu-* ou **H₁rēu-*. Assim, no respeitante à índole da divindade, acaba por coincidir com a ideia originalmente aportada por Fita 1914, que identificava o teónimo com o termo latino *rīuus*.

Para além da argumentação esgrimida relativamente à inverossimilhança de uma alteração fonética /d/ > /r/ nas línguas ocidentais peninsulares

* Este trabalho insere-se no âmbito do projecto de investigação “Religião e identidade cívica en el Noroeste hispano en época altoimperial”, dirigido pela Doutora M. C. González Rodríguez e financiado pelo Plan Nacional de Investigación Científica, Desarrollo e Innovación Tecnológica do Ministerio de Economía y Competitividad (HAR2011-25370).

no âmbito da discussão estritamente linguística (*u.g.* Prósper 2002, 143 e 2009, 205-206, que considera que o resultado do indo-europeu *dy* é simplesmente **y-*, tanto no lusitano como nas línguas itálicas), parece-nos ainda não negligenciável o resultado da avaliação dos epítetos, necessários à determinação da entidade divina *Reue*, sendo neste aspecto particularmente significativo o caso de *Reue Reumiraego*, em cuja epiclese se detecta a reiteração da base **reu-* no nome do qual deriva o adjectivo, **reumira*, interpretável como um antigo sintagma **Reu-* + *Mira* “rio Mira” (Villar 1996, 181-186).

Alguna da crítica ao contributo de Villar 1996 na interpretação de *Reue* como rio tem-se centrado precisamente na discussão de que nem todos os epítetos serão redutíveis àquele campo semântico, sendo *Larauco* o exemplo mais alvitrado (*u.g.* Búa 1997, 87, n. 40; Witzak 1999, 70, n. 9). A este propósito Búa 1997, 87, n. 40, por exemplo, prefere opinar que os epítetos teonímicos em causa podem ser derivados de nomes de lugares e que estes tomaram, por seu lado, o nome de rios adjacentes.

Não obstante, mesmo epítetos instantaneamente relacionáveis com acidentes orográficos bem conhecidos, como *Larauco* (*AquaeFlauiae*², 126, 127 e 128) ou *Marandigui* (*HEp* 6, 1079 = *HEp* 9, 763), podem, também, ser integrados naquela linha interpretativa, considerando-se a coincidência onomástica entre distintos elementos geográficos da mesma zona (*cf.* Prósper 2002, 129-130; Alarcão 2009, 100), pelo que não avistamos fortes motivos para encarar a ideia de *Reue* como equivalente a Júpiter ou com um significado genérico próximo de ‘divindade’, como, ainda recentemente, se postulou (Guerra 2008, 129).

A atribuição de carácter jupiteriano a *Reue* é também considerada por Olivares 2002, 169-186, sobretudo apontando a vinculação oro-hidrográfica das epiclèses que se lhe associam, caldeada por comparação com a realidade religiosa galo-romana, concretamente com *Taramis*, não desprezando, inclusive, uma faceta político-jurídica, no papel de garante de relações inter-comunitárias, mas será merecedora de redobrada precaução esta busca de paralelos além-pirenaicos para o Ocidente hispânico.

Importa ainda salientar a plausibilidade de este nume, entendido como rio, ter sido apreendido numa perspectiva de potência torrencial, aspecto que poderá ser perspectivado pelo facto de, tanto na inscrição do Cabeço das Fráguas, como na de Arronches, a *Reue* andarem associadas ofertas de touros (Prósper e Villar 2009, 13-14; Ribeiro 2010, 49), animais que, segundo se destaca do estudo comparado do sacrifício animal tríplice indo-europeu, andam habitualmente associados a divindades guerreiras, como Indra Sutrāman e Marte (Prósper 2002, 56 e 2009, 205).

2. DAS GRAFIAS DO TEÓNIMO

Há que fazer uma primeira observação à forma como se patenteia graficamente o nome da divindade. A forma do dativo que ordinariamente ocorre, *Reue*, não se divisa em nenhum dos testemunhos que elencamos para o Oci-

dente brácaro, a qual, porém, é a regra nos registos epigráficos do interior conventual, surgindo, inclusive, com geminação, *Reuue*, em algumas inscrições.

A ideia da existência de variantes formais do teónimo, embora sem unanimidade, tem contado com a aceitação de diversos investigadores, independentemente do seu posicionamento perante a etimologia da palavra (*u.g.* Untermann 1985, 359; Búa 1997; Prósper 2002; Guerra 2008, 128-130). Duas dessas formas são *Reo* e *Reae*, sendo a primeira aquela que maior número de testemunhos recolhe no Ocidente brácaro.

No entanto, um dos argumentos que serviu a Villar 1996, 204-205, para não considerar aquelas grafias como correspondentes ao teónimo, foi precisamente o geográfico, advogando que a área de distribuição deste não ultrapassaria, a setentrião, a linha dos rios Minho e Sil, além de que seriam as únicas com falta de *-u-* e com desinência latinizada, constituindo *Reae* o único testemunho seguro sem epíteto, já situado em âmbito lucense. Para a área Bracarense apenas nota o testemunho de *Reo Bormanico*, que elenca junto com *Reo Paramaeco* e *Reae*, mas não propõe a sua explicação.

Neste particular, Witczak 1999, 71, veio propor que as formas *Reo* e *Reae* equivalham ao latim *deo* e *deae*, pela mesma base de alteração fonética /d/ > /r/ que advoga registrar-se no lusitano e com expressão em *Reue*. Todavia, a validade da equação encontra-se dependente da verosimilitude da questão linguística cuja aceitação não se afigura líquida (*uide supra*), o que, na verdade, não tem obstruído a adesão à proposta (*u.g.* Ribeiro 2010, 47, n. 10).

Baseado na consideração de um nominativo **Reu-s*, Búa 1997, 54, cuida que a primeira não será mais do que expressão do dativo latino interpretado pela segunda declinação, mas não explica por esta via o facto de esta expressão formal do teónimo apenas ocorrer em áreas periféricas do culto à divindade, nomeadamente na parte atlântica da *Callaecia*. Por seu lado, partindo, exactamente, da constatação de que as grafias anómalas, em concreto *Reo*, *Reae* e *Re*, apresentavam uma franja de distribuição marginal, Prósper 2002, 407, considerou-as como exemplo do resultado de expansão para zona betacista de termos com [w] intervocálico, que não é entendido nem interpretado graficamente, levando ao aparecimento das ditas representações deformadas, frequentemente sem <V>; tal teria ocorrido, de acordo com o dossiê de testemunhos compulsados, e que exclui qualquer testemunho do Ocidente brácaro alheio à norma gráfica, na *Asturia* e *Callaecia Lucensis* enquanto zonas de implantação terciária do teónimo, pois admite que o culto se origina na Lusitânia oriental, vindo a estender-se, posteriormente, ao interior da área galaica meridional (2002, 144-145). Refira-se, ainda, que, embora dubitativamente, esta autora (2002, 133) admite também uma grafia *Rego*, alicerçada na reinterpretação da invocação da inscrição de Lugo que, tradicionalmente, tem sido percebida como *Regoni* (*CIL* II 2574; *IRPLu* 8).

3. DOS TESTEMUNHOS NO OCIDENTE BRÁCARO

A revisão do material epigráfico da metade ocidental do *conuentus Bracaraugustanus* permitiu-nos descortinar cinco testemunhos de culto a *Reue* em que o teónimo assume grafias peculiares: *Rego*, *Reo* e *Reoue*. Esta última revela-se completamente original e associa-se a um novo documento identificado no decurso do nosso exercício revisório do material epigráfico regional, o mesmo se verificando com um outro que incrementa a grafia *Reo*, a mais bem documentada, enquanto que a primeira decorre da revisão de uma outra epígrafe de conhecimento recente. Acresce que a interpretação destas grafias como afiliadas na forma teonímica *Reue* permite-nos, ainda, a integração no círculo desta divindade de alguns epítetos que conhecíamos isolados, conforme se dará conta em seguida. Os testemunhos elencados esboçam, por ora, uma distribuição marcadamente meridional, não ultrapassando para norte o curso do Cávado (fig. 1).

Reo

No concernente à grafia *Reo*, o texto brácaro que há mais tempo se referencia corresponde a um curioso e comentadíssimo altar de Caldas de Vizela, embora tenha sido objecto de rectificação no respeitante à invocação, certificada na autoridade de Hübner, que, na edição que realiza do texto, corrige *Reo Bormanico* para *deo Bormanico* (*CIL* II 2403) fundado no historial de renovação parcial das letras (Neto 1792, 101), o que também sustem Vasconcellos (1905, 268). Não obstante, a observação da peça não avaliza a ideia de alteração de um D para R por este expediente (Redentor 2011, 36-37, n.º 34).¹ Terá sido encontrada no sítio da Lameira, nos finais da centúria de Setecentos (Neto 1792, 100), e não distante, no sítio da mesma localidade conhecido por Banho do Médico, viria a ser descoberto um outro altar (fig. 2), em meados de Oitocentos, no qual a nomenclatura divina aparece reduzida à epiclese (*CIL* II 2402; Redentor 2011, 37-38, n.º 35).²

A singularidade do primeiro texto advém da sua composição em duas partes distintas, respeitando, a primeira, à consagração propriamente dita, e, a segunda, ao dístico alusivo a uma exortação: *quisquis honorem agitas ita te tua gloria seruet praecipias puero ne linat hunc lapide*. Mommsen, *apud CIL* II 2403, defendeu que esta frase se devia entender como pedido aos candidatos a cargos públicos para que não consentissem que a lápide fosse manchada pelos escravos que costumavam pintar os nomes deles, como proclamação, nas paredes. Vasconcellos 1905, 269, entendia, porém, que o dístico deveria ser divisado como mera fórmula proibitiva de aplicação geral, do género ‘*défense d’afficher!*’, alegando que o contexto geográfico do achado não

¹ Ç(aius) Põmpejũş / ƒa(eria) Ca(ri)õ/nis f(ilius) Mei[d]/ugenus·Vx/samensis / Reo Borma/nico·u(otum)·s(oluit)·l(ibens) / Quisquis ho/norem·agi/tas·ita te tua / gloria seruet / praecipias / puero ne / linat hunc / lapidem.

² Medam/us Cama‘li’ / Borm‘ani’/ç...o·u(otum)·s(oluit)·l(ibens) m(erito).

seria o terreno mais propício a movimentada actividade política. Concordamos com este estudioso no tocante ao plausível desenquadramento do contexto do achado com relação ao frenesim da actividade política. Além do mais, não nos parece que um lema como o que a inscrição nos revela fosse tão dirigido, isto é, que visasse uma prática muito concreta que, seguramente, não seria a fonte maior de poluição. Na nossa óptica, tal como perspectivava Hübner (*CIL* II 2403) ao enquadrá-lo numa dimensão sacra, discordando da interpretação da expressão *honorem agitare* como alusiva à carreira pública, será uma mensagem dirigida a todos aqueles piedosos que se interessam pelos assuntos divinos, pelas honras prestadas a uma divindade. Interpretamo-la como apelo à grandeza de espírito dos que dão atenção à religião, exortando-os a zelar pela integridade do monumento, defendendo-o da imprevisibilidade comportamental dos mais novos.

A tipologia excepcional do suporte, nomeadamente a sua morfologia próxima de um esteio, com a parte basal mais estreita que o topo e a inscrição subida de modo a deixar livre suficiente espaço na parte inferior, indicia que se destinaria a estar enterrado, decerto num espaço de acesso público, adjacente a um ou mais mananciais termais na área da Lameira. Podemos, mesmo, imaginar que o monumento não estivesse num santuário formal, mas noutro espaço de usufruição pública (Tranoy 1981, 270, n. 35), o que justificaria a chamada de atenção que encerra a frase final.

A forma epítetica *Bormanico*, podendo derivar de topónimo ou de hidrónimo, é de complexa interpretação linguística, sendo, porém, de destacar a documentação do tipo hidronímico *Belorm-* no contexto peninsular, nomeadamente no Noroeste, como o rio Bermaña ou os rios Porma e Puerma, ainda que estas últimas formas denunciem perda de *-n-* intervocálico, como destaca Prósper 2002, 329, que, no respeitante à etimologia de *Bormanico*, sintetiza vir sendo basicamente explicada por duas vias: por um lado, através do tema **g^hhor-mo-* ‘quente’, com correlatos no antigo índio *gharma-*, no latim *formus* ou no grego θερμός (*IEW*, 493), por outro, a partir de **bhor-mo-* ‘ardente’ (*IEW* 132). Esta autora, para além de contestar a celticidade da epiclese ancorada na segunda explicação etimológica, defende a sua ligação ao lígure, considerando a compatibilidade fonética entre esta língua e **Borm-*, pelo que equaciona que os falantes da língua a que pertence a forma *Bormanico* fariam parte do grupo ou grupos de falantes de línguas itálicas a que atribui os dialectos lusitano-galaicos ou que eram lígures em sentido estrito (Prósper 2002, 330-331). Neste caso, os dados extra-linguísticos decorrentes do contexto arqueológico associado aos achados epigráficos tornam plausível que a forma **Bormano-* de que deriva o epíteto se relacione com a hidronímia ou a realidade hidrotermal locais.

Em face da reinterpretação do epíteto *Anabaraeco* conhecido por um significativo conjunto de altares associados ao manancial termal orensano de As Burgas, a proposta de inclusão da epiclese *Bormanico* na esfera das manifestações cultuais a *Reue* pode reforçar a ideia de que esta divindade fluvial, pelo menos episodicamente, também se associaria a ambientes de águas ter-

mais (Prósper 2009, 212), o que não será tão difícil de conceber se tivermos em atenção que tanto os mananciais termais ourensanos, como os vizelenses detêm uma relação de extrema proximidade com cursos fluviais permanentes, em concreto com o Minho e o Vizela, respectivamente.

Também patenteando a forma teonímica *Reo*, há que referir um outro altar (fig. 3), de proveniência próxima à capital conventual, no qual surge abreviada a epiclese (*EE IX 267*; Redentor 2011, 35, n.º 32).³ Afastada está definitivamente a interpretação como consagração a uma divindade denominada *Antiscreus*, fundada numa manifesta incompreensão do texto por parte de Vasconcellos 1913, 216-217, sendo igualmente inverosímil a posição de Fita (*apud Vasconcellos 1913, 217, n. 3*) relativamente a uma ligação a Proserpina, quando esse alvitre resulta de equívoca avaliação da fórmula *pro salute*, pela qual se inicia a inscrição. A questão formular fica inequivocamente demonstrada pelo texto de um outro altar idêntico, procedente da freguesia bracarense de Esporões, que o mesmo dedicante oferta a *Iupiter* (*AE 1983, 553*; Redentor 2011, 64, n.º 77). É, no entanto, também irrazoável a sugestão baseada neste último documento de que o primeiro, procedente da freguesia de Guisande, havia sido igualmente dedicado ao *Pater Deorum*, encontrando-se as siglas *I. O. M.* adulteradas por regravação, a qual rubrica Tranoy 1981, 320.

Na linha das tímidas observações de Garcia 1991, 530, consideramos bem mais apropriada a interpretação como consagração a *Reue* com um epíteto *Sei(---)*, que entendemos plausível abreviatura de *Seinaico*. A proposta de desdobramento do epíteto nesta forma decorre da possibilidade de interpretação etimológica existente para o epíteto *Seinaico* como nome de um rio divinizado, o qual se conserva em inscrição de *Bracara Augusta* procedente da área de Maximinos, de terrenos do antigo quartel de Cavalaria da cidade (*AE 1973, 307 = Redentor 2011, 38-39, n.º 36*).⁴

Diversos autores têm relacionado *Seinaico* com a raiz indo-europeia **seno-* ‘velho’ (Le Roux e Tranoy 1973, 199-201; García 1990, 333; Búa 2000, 127, *apud* Prósper 2002, 341). Em alternativa, atendendo à improvável semântica resultante desta atribuição, sugeriu Prósper 2002, 341, que *Seinaico* pudesse ser o nome de um rio divinizado **seno-*, **seino-*, *-ā*, ou divindade protectora de um povo com o mesmo nome. A proposta repousa na possibilidade de atribuição etimológica a **sei-no-*, conforme se verifica pelo nome antigo **Sēnos*, do rio irlandês Shannon ou pelo rio úmbrico **Sēnā*, ou a **seno-*, encarando-se como apelativo respeitoso aplicado a um grande rio, como é o caso do nome **Senā* para um curso fluvial da costa meridional inglesa.

A possibilidade de correspondência hidronímica acaba, assim, por ser adequável a uma divindade como *Reue*, cujo teónimo carece de ser precisado, do ponto de vista local ou hidronímico, conforme cauciona Villar 1996.

³ Pro s(alute) / ‘Ti’(beri) C(laudi?) / ‘Au’sc(i) / Reo Sei(naico?) / ‘He’rmes / u(otum)-s(oluit) l(ibens) m(erito).

⁴ Sena(ico) / Arqui(us) / Cantabr(i) / l(ibens) a(nimo) p(osuit).

Deste autor discorda Prósper 2002, 142-143, quanto à relação semântica entre teónimo e epítetos, pois, enquanto o primeiro considera que estes denotam diferenças na concepção da deidade, alternando entre uma identificação total como fenómeno físico e uma separação entre ambas as coisas, em parte ditada pela ausência ou presença de sufixo **-aiko-*, esta defende que não há lugar para tais diferenças e que, sempre, as dedicatórias visam um rio — o que, no caso da de Guisande, seria traduzível como ‘*ao rio Seina/Sena*’.

No único documento do rol brácaro ocidental em que o teónimo surge desacompanhado de epíteto (Redentor 2011, 34-35, n.º 31)⁵, um pequeno altar procedente da freguesia vimaranense de Vermil, ressalta a originalidade do discurso directo na primeira pessoa, estrutura textual pouco habitual nos formulários votivos peninsulares e do Noroeste em particular. A consagração é composta pelo teónimo associado ao qualificativo *sanctus*, o qual ocorre em algumas outras inscrições do Ocidente brácaro. Plausivelmente, o documento procede de um pequeno santuário rural, que se situaria no lugar de Portela, do qual apenas se preservará um conjunto de altares votivos, que, para além do referido, também inclui um dedicado a *Iupiter*, a par de outro em que se regista omissão de teónimo (Redentor 2011, 61-62 e 106-107, n.º 73 e 139) e de mais dois anepígrafos, ainda inéditos, conjecturando nós que também as inscrições associadas à igreja e casa paroquial de Ronfe possam, dada a extrema proximidade entre os dois sítios, proceder do mesmo local: uma com a consagração *deo Durbedico* (CIL II 5563; Redentor 2011, 25-26, n.º 17) e a outra dedicada a *Iupiter* (AE 1983, 550; Redentor 2011, 69, n.º 83).

Dada esta hipotética circunstância, talvez não fosse demasiado temerário suster que o epíteto documentado na ara da igreja de Ronfe pudesse corresponder à especificação do teónimo presente no altar de que tratamos, atendendo, sobretudo, a que se ajustaria bem a pelo menos uma das interpretações etimológicas que se podem tomar para ele.

É reconhecido o grande acolhimento que teve a associação do epíteto *Durbedico* ao elemento aquático com base no pressuposto da relação com os radicais *dur-* ou *dur-* (cf. Coelho 1889, 369-371; Vasconcellos 1905, 329-331; López e Pinto 1934, 319; Blázquez 1962, 174; Encarnação 1975, 179; Tranoy 1981, 274-275). A ligação à forma toponímica indicativa de proveniência *castello Durbede*, integrável no território dos *Bracari* e documentada em texto de Garvão (IRCP 122), de conhecimento mais recente, tem-se tomado por credível, pelo que, sendo plausível que o topónimo corresponda a um tema em *-i* (Guerra 1998, 429; Prósper 2002, 345), o epíteto pode entender-se como derivado toponímico em **-iko-*. Mas a explicação etimológica deste não se afigura simples e, para Prósper 2002, 345, poderia originar-se no indo-europeu **dhr̥bh-ed-* < **dherbh-* ‘coagular-se, fluido espesso’ (IEW, 257), em **d̥r̥HweH₂* ‘campo’ (IEW, 209) ou, ainda, em **derw-* ‘árvore, madeira’ (IEW, 214), a partir de **d̥r̥w-et/d-*. Recentemente, Villar 2010 retoma esta questão e propõe que *Durbedis* seja

⁵ Ego Mate/rianius / uoto uo/ui Reo S/anco.

um topónimo hidronímico, no qual reconhece um tema *dur-* com sufixação *-ēto-*. Segundo este autor, *Durbedico* seria, assim, um adjectivo derivado de *Durbeta* / *Durbeda*, que, por sua vez, procede de uma forma prévia **Durubeda*, mediante a síncope do segundo /u/ num grupo de duas vogais homófonas separadas por vibrante /r/. Deste modo, uma forma **durubi-*, sincopada em *durbi-*, recebe um sufixo adjectival secundário *-ēto-* que tinha função abundancial. Quanto à etimologia, propõe que o composto originário *durubā* ou *durubi-* incluía, como primeiro elemento, um hidrónimo *Durā* e, como segundo, o apelativo *uba* ‘rio’. Assim, cuida que o significado apelativo original do topónimo não seria directamente hidronímico, mas, antes, o nome de um lugar que conta com um ou mais cursos fluviais.

Na hipótese de o epíteto se vincular a *Reue*, talvez não seja descabido aceitar para *Durbedis* um carácter coronímico original, fundado na ligação a, pelo menos, uma corrente fluvial, acabando por coincidir com ele, em dado momento (plausivelmente em época romana), a designação do *castellum*, que poderá não restringir-se a um único povoado, da mesma maneira que seria de conceber a possibilidade de, anteriormente, já se ter verificado a concorrência do corónimo relativamente ao nome original da realidade fluviátil, a ponto de aquele ter ofuscado a sua base derivacional, levando a uma identificação total entre a correnteza fluvial e a zona por ela banhada.

O facto de estarmos perante um presumível santuário, o paralelo com o da Pena Escrita (Vilar de Perdizes), plausivelmente associado a (*Reue*) *Larauco* e *Iupiter* (cf. Santos 2010, 129-135), chama-nos imediatamente a atenção, embora seja esta uma questão que implica uma abordagem que extravasa o propósito deste excuro.

Reoue

A grafia *Reoue* encontra-se documentada num altar recentemente identificado no concelho de Lousada (fig. 4), no qual surge associada ao epíteto *Vadumic(o)* (Redentor 2011, 35-36, n.º 33).⁶

A variante geminada *Reoue* frequente no interior conventual — cf. *AquaeFlaviae*², 100: *Reoue Reumirego*, em Vilardevós, Ourense; *CIL* II 685: *Reoue Anabaraeco*, de Castro de Rubiás, Ourense (?); Prósper 2009, 204, n.º 3: *Reoue Anabaraego*, Ourense; Prósper 2009, 204, n.º 1 e 2: *Reoue Anabar(aego)*, Ourense — poderá servir de contraponto a esta novel configuração do teónimo, cujo rigor, do ponto de vista da interpretação epigráfica, tem a seu favor a escorreita *ordinatio* do texto, sem translineações. Se, à primeira vista, uma grafia anómala de *Reoue* ou mesmo uma grafia mista numa área onde aparece consistentemente *Reo* parecem solucionar a sua decifração, a pronúncia dos linguistas sobre estes novos desafios que o labor epigráfico primário suscita é fundamental. No cenário de ser o território conventual brácaro uma zona não-betacista, como concebe Prósper 2002, os casos de *Reoue*

⁶ *Reoue* / ‘Va’d’um’ic(o) / Nigr’in’us’ / Nigri f(i)lius / u(otum)-s(oluit)-l(ibens)-m(erito).

poderão estar a representar uma ressilabação local a partir de [re.we:] com resultado [reu.we:], pelo que é possível que *Reoue* signifique uma interpretação como [re.o.we:] ou inclusive como trissílabo [re.o.we:], conforme aponta esta especialista em comunicação pessoal.

O epíteto afigura-se compatível com outros referentes da *Hispania* antiga, como, por exemplo, ao nível da toponomástica, *Vadinia*. Todavia, a sua explicação etimológica revela-se mais difícil. Poder-se-ia pensar, neste sentido, no indo-europeu **wādh-* ‘ir, marchar’. Esta raiz tem correspondência no latim *uādo*, *-ere* ‘caminhar, avançar’ e *uadum* ‘vau, leito aquático’, *uādo*, *-āre* ‘passar a vau’, mas também conhece documentação apelativa em casos como o antigo islandês *uad* e o antigo inglês *uæd* ‘água, lago’ (*IEW*, 1109). Contudo, esta via acarreta a dificuldade de explicação do segmento *-um-*. Alternativamente, segundo comunicação recebida de B. M. Prósper, poderia tratar-se de um derivado adjectival em **-iko-* a partir de **swād* ‘doce’ ou, mais propriamente, de **swādu-mo-*, uma vez que, com esta extensão, se encontra no grego homérico ἡδυμος (*IEW*, 1039-1040). Nesta linha, haveria que admitir a aspiração e perda de /s/ no início, antes de *-w-*. Provém desta mesma raiz o latim *suaui* (**swādwis*) ‘suave’. Atendendo ao teónimo, a possibilidade de o epíteto se referir a um elemento aquático é altamente plausível, podendo ser apontado, na hidronímia actual, o brasileiro rio Doce, em termos de idêntica semântica adjectival.

Rego

Como indicámos antes, à semelhança de *Reo*, *Reae*, *Re*, uma grafia *Rego* foi por Prósper 2002, 133, n.º 1.2.C, ponderada como incorrecta transcrição para o teónimo *Reue*, a partir da reinterpretção de um altar lucense que tem sido dado como contendo a dedicatória *Regoni* (*CIL* II 2574; *IRPLu* 8). Preferindo fraccionar esta sequência gráfica — e a sua proposta beneficia, do ponto de vista epigráfico, do apoio da translineação e da paginação —, considera *Rego* como imaginável deficiente transcrição do teónimo *Reue* e *Ni(---)* como possível início de um epíteto, sugerindo **Nidaeco* ou **Nilaeco* como meras hipóteses. Acrescentamos que caberia, também, colocar a possibilidade de se estar perante a abreviatura do idionimo do dedicante (u.g. *Nicer*, *Niger*, *Nice*), considerando o carácter privado da dedicatória, correspondendo as siglas *M. S.*, da terceira linha, à fórmula dedicatória *merito soluit*, ou inclusive a *M(arci) s(eruus)*, ainda que na primeira hipótese possam antes corresponder à nomenclatura do dedicante, possivelmente duonimial.

Apesar do elevado grau de incerteza que a proposta representa e que a autora expressamente reconhece, cremos poder reforçar a sua razoabilidade com base na leitura de um novo texto, embora o seu estado de conservação não facilite a apreensão da sua transcendência. Mas esta estende-se, ainda, ao facto de a interpretação poder ser confortada pela sugestão independente de Villar 1995, 364-365, quanto ao epíteto *Turiaco*, de há muito conhecido por uma inscrição (fig. 6) de Santo Tirso (*CIL* II 2374; Redentor 2011, 39, n.º

37),⁷ que considera poder associar-se a *Reue*. Na realidade este epíteto, que também se documenta no texto a que aludimos, presente em altar (fig. 5) identificado na freguesia pacense de Lamoso (Silva 2007, 444, n.º 735; Redentor 2011, 33-34, n.º 30),⁸ constituirá uma derivação de um hidrónimo **Turyā*, procedente de **Tur-yā*, talvez com correspondência ao estrato linguístico *Alteuropäisch* (Prósper 2002, 342). As dificuldades colocadas a uma escoreita leitura do altar de Lamoso devem-se ao intenso desgaste que assola a superfície epigráfica e, no respeitante aos elementos da dedicatória em concreto, a uma acção de regravação que afecta o início das duas primeiras linhas, embora uma autópsia aturada e rigorosa permita razoavelmente sustentar a leitura [R]ego *Turiaco*.

4. EM JEITO DE CONCLUSÃO

À luz dos dados apresentados para o Ocidente brácario, verifica-se que grafias desviantes relativamente às formas *Reue* / *Reue* documentadas na metade conventual interior, nas áreas transmontana ocidental e ourensana, pretense pólo de concentração secundária das manifestações culturais a este nume (Prósper 2002, 440), assumem certa constância no espaço calaico atlântico, no qual incluímos o Ocidente brácario e boa parte do espaço lucense. No que respeita exclusivamente ao âmbito brácario ocidental, desvela-se um claro ascendente da grafia *Reo* em face de testemunhos singulares de uma inédita grafia *Reoue* e de *Rego* que, tal como a primeira, terá paralelo na parte setentrional da *Callaecia*, em território conventual lucense. As formas conhecidas neste contexto geográfico que se interpretaram como deficientes transcrições das grafias *Reue* / *Reue*, com inequívoca documentação mais meridional, foram explicadas como corruptelas derivadas da sua ocorrência em território betacista, onde o [w] intervocálico destas não é entendido nem interpretado graficamente, nomeadamente as que mostram ausência de <V>, como *Reo*, *Reae* e *Re*, esta já em território da Astúria. Este cenário, gizado por Prósper 2002, 406-407, não teve em linha de conta os testemunhos brácaros de *Reo* cuja elucidação necessita de ser equacionada quando se assume que toda a *Callaecia* meridional constitui um espaço onde não se manifestava betacismo, assim justificando que a forma teonímica *Nabia* apareça sem vacilação, na suposição da evolução de /w/ para uma vogal fricativa, donde [β] se representaria como (Prósper 1997, 146-149; 2002, 408-409).

Olhando a totalidade do espaço brácario por este prisma e considerando a consistência com que a forma *Reo* se nos apresenta na sua metade ocídua, poder-se-á pensar em diversos cenários explicativos do panorama gizado, mantendo o entendimento da metade ocidental bracaraugustana como território não-betacista.

⁷ L(ucius)·Valerius·Silu'an'us / miles·leg(ionis)·VI·Vict(ricis) / Turiaco / u(otum)·s(oluit)·l(ibens)·m(erito).

⁸ [R]ego Turiaco / Leda Te/neiņis(is) / l(ibens?)·s(oluit?)·l(aeta?)·a(ram?)·p(osuit) / p(ro)·M'ate'·l(iberta).

Desde logo, seria de considerar uma propagação marginal do culto a partir da *Callaecia* setentrional, uma vez que tal forma aí ocorre e se pode entender pelo expediente de se conceber numa zona betacista, ainda que uma explicação como esta não possa deixar de ser olhada com certa perplexidade pelo facto de no interior do espaço conventual brácaro o culto a *Reue* estar bem documentado, sobretudo, quando algumas das suas manifestações se distribuem por uma banda territorial imediata à metade atlântica, conforme documentam, por exemplo, os testemunhos de *Reue Marandicui* (*HEp* 6, 1079), em Vila Real, e de *Larocu / Larauco / Reue Laraucu (Aquaeflaviae*² 126, 127 e 128) ou de *Reue Veisuto* (*HEp* 2, 541), nas áreas barrosã e limiana. Todavia, este cenário não deixa de ser consistente com o que se vem esboçando relativamente a *Nauiaie / Nabiaie*, cuja origem se considera precisamente no sector ásture e calaico oriental (Prósper 2002, 441), onde aparece a forma *Nauiaie*, disseminando-se depois pela metade ocidental brácaro mais meridional e pela Lusitânia, sendo significativo que não se encontre qualquer testemunho a nascente da linha definida pelas serranias do Marão e Gerês.

Depois, a possibilidade de a forma em causa poder corresponder a uma adaptação de paradigma temático para a **reu-*, como também parece acontecer relativamente a *Coso* perante *Cosue* (Prósper 2002, 235-238), chamando a atenção a distribuição dessa grafia restrita à área lucense mais ocidental (*CIL* II 5071; *CIRG* I, 41, n.º 9; *CIRG* I, 179, n.º 68; *CIRG* I, 183, n.º 70; *CIRG* I, 73-74, n.º 22). Obviamente que é matéria a requerer a pronúncia dos linguistas. Como se viu, a via da latinização, e salvaguardadas as diferenças no respeitante à preferência etimológica, é assentida por Búa 1997, 54 e 82, para a grafia em causa, tal como para *Coso* (Búa 2003, 162).

Uma propagação com o sentido descrito poderia ainda explicar a presença nas proximidades do curso do Douro da grafia *Rego*, reconhecida em inscrição de Lugo. A este respeito, o altar de Lamoso, com a dedicatória [*R*]ego *Turiaco*, reserva o aliciante de ter sido levantado por alguém em nome de uma dedicante alheia ao contexto geográfico do achado, uma vez que a sua identificação inclui a indicação de proveniência *Teneiens(is)*, que remete para uma comunidade de localização desconhecida. Uma inscrição de Parga, na província de Lugo (*IRPLu* 57), poderá proporcionar um interessante paralelo para o radical do adjetivo pátrio, creditando-se a proposta de revisão de Prósper (2002, 245-246) no sentido de se interpretar, em lugar da tradicional leitura *Cohuetene*, uma forma teonímica *Cohue* (que se toma por representação de *Cosue*) associada a um epíteto abreviado *Tene(---)*, com desdobramento possível em algo similar a *Tene(aeco)*, lembrando as formas toponímicas hispânicas *Tenobrica* (*Geogr. Rav.* 4, 43) e *Τενέβριου ἄκρου* (Ptol. II, 6, 16). Assim, a *Callaecia Lucensis* não deixará de ser uma hipótese aliciante para a origem da dedicante. De todo o modo, a explicação da forma *Rego* como resultado de uma deslocação isolada será decerto muito atendível em qualquer um dos panoramas gizados, o que não deixa de implicar o reconhecimento das características da entidade divina *Turiaco* por parte do indivíduo ou grupo em migração. Por seu lado, também

a explicação da forma *Reoue* a partir da grafia ressilabada conhecida no interior conventual colherá aceitação em face daqueles cenários.

Como vimos evidenciando, a interpretação das grafias apresentadas como variantes da forma teonímica *Reue* permite-nos também associar à divindade epítetos que se conheciam isolados. Desde logo, *Turiaco*, constante da inscrição tirsense antes referida, dedicada por um militar da *legio VI Vitrix* (*L. Valerius Siluanus*) e comprovando o culto a esta divindade no Ocidente brácara durante o século I d.C., mas também, verosimilmente, *Senaico*, que, contrariamente aos restantes testemunhos elencados, tem reflexo num ambiente urbano de primeiro plano, como é a capital conventual.

Esta redução de determinadas invocações a epítetos que agora se perspectivam associados a *Reue* indicará que o curso fluvial divinizado não deveria estar distante do contexto em que as manifestações votivas se produziram, como já havia apontado Prósper 2002, 145. No caso de *Turiaco*, a corrente fluvial em causa estaria, possivelmente, conotada com troço do Ave, dado que é aí que se documenta o epíteto desgarrado do teónimo, não estando sequer muito distante o local de achado da ara com [*R*]ego *Turiaco*. E as expressões de religiosidade *Reo Bormanico* e *Bormanico* surgem num mesmo contexto geográfico, hidrotermal e adjacente ao curso do Vizela, pelo que não deixam de poder sustentar essa mesma ideia. Aqui, a dedicatória provida de teónimo particulariza-se por ser protagonizada por indivíduo mesetenho (*C. Pompeius Gal. Caturonis f. Mei[d]ugenus*), na qual manifesta um nível cultural claramente diferenciado, olhando ao alcance da advertência final do texto.

Mas se os ofertantes com estatuto quiritário antes mencionados são ambos de origem exterior ao Noroeste hispânico, há a referir além deles, a partir da restante documentação apresentada, um conjunto mais lato de dedicantes que inclui população servil ou com essa origem (*Leda*, *Maternianus*, *Hermes*) e peregrina (*Nigrinus Nigri f.*, *Medamus Camali*, *Arquius Cantabri*).

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão 2009: J. Alarcão, “A religião de Lusitanos e Calaicos”, *Conimbriga* 48, 2009, 81-121.
- AquaeFlaviae*²: A. Rodríguez, *Aquae Flaviae 1: Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*, Chaves 1997.
- Blázquez 1962: J. M. Blázquez, *Religiones primitivas de Hispania*, 1: *Fuentes literarias y epigráficas*, Roma 1962.
- Búa 1997: C. Búa, “Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispânica”, in: G. Pereira (coord.), *Galicia fai dous mil anos: o feito diferencial galego I, Historia*, Santiago de Compostela 1997, 51-99.
- Búa 2000: C. Búa, *Estudio lingüístico de la teonimia lusitano-gallega*, Salamanca 2002 (Tesis doctoral, USAL).

- Búa 2003: C. Búa, “*Cosus*: un ejemplo de epigrafía e relixión”, *Boletín Auriense* 33, 2003, 147-184.
- Carneiro *et al.* 2008: A. Carneiro, J. d’Encarnação, J. Oliveira e C. Teixeira, “Uma inscrição votiva em língua lusitana”, *PalHisp* 8, 2008, 167-178.
- CIRG I: G. Pereira Menaut, *Corpus de inscricións romanas de Galicia I: Provincia de A Coruña*, Santiago de Compostela 1991.
- Coelho 1889: F. A. Coelho, “Nomes de deuses lusitanicos”, *Revista Lusitana* 1, 1887-89, 351-378.
- Encarnação 1975: J. d’Encarnação, *Divindades indígenas sob o dominio romano em Portugal: subsídios para o seu estudo*, Lisboa 1975.
- Fita 1914: F. Fita, “Nuevas inscripciones romana y visigótica”, *BRAH* 64, 1914, 304-313.
- Garcia 1991: J. M. Garcia, *Religiões antigas de Portugal: aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos: fontes epigráficas*, Lisboa 1991.
- García 1990: B. García Fernández-Albalat, *Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*, Sada 1990.
- Geogr. Ravenate*: M. Pinder e G. Parthey, *Ravennatis Anonymi Cosmographia et Guidonis Geographica*, Berolini 1860.
- Guerra 1998: A. Guerra, *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*, Lisboa 1998 (Tese de Doutoramento, FLUL).
- Guerra 2008: A. Guerra, “Algumas questões relativas à identificação e enumeração das divindades pré-romanas do Ocidente peninsular”, in: J. d’Encarnação (coord.), *Divindades indígenas em análise: actas do VII workshop FERCAN*, Coimbra-Porto 2008, 125-143.
- IEW*: J. Pokorny, *Indogermanisches etymologisches Wörterbuch*, Bern-München 1959.
- IRCP*: J. d’Encarnação, *Inscricões romanas do conuentus Pacencis: subsídios para o estudo da romanização*, Coimbra 1984.
- IRPLu*: F. Arias Vilas, F., P. Le Roux, P. e A. Tranoy, *Inscriptions romaines de la province de Lugo*, Paris 1979.
- Le Roux e Tranoy 1973: P. Le Roux e A. Tranoy, “Rome et les indigènes dans le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique: problèmes d’épigraphie et d’histoire”, *MCV* 9, 177-231.
- Olivares 2002: J. C. Olivares Pedreño, *Los dioses de la Hispania céltica*, Madrid 2002.
- López e Pinto 1934: F. López Cuevillas e R. de S. Pinto, “Estudos sobre a Edade do Ferro no Noroeste da Península: a relixión”, *Arquivos do Seminario de Estudos Galegos* 6, 1933-34, 295-367.
- Prósper 1997: B. M. Prósper, “El nombre de la diosa lusitana *Nabia* y el problema del betacismo en las lenguas indígenas del Occidente Peninsular”, *Ilu* 2, 1997, 141-149.
- Prósper 2002: B. M. Prósper, *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*, Salamanca 2002.

- Prósper 2009: B. M. Prósper, “Reve Anabaraeco, divinidad acuática de las Burgas (Orense)”, *PalHisp* 9, 2009 203-214.
- Prósper e Villar 2009: B. M. Prósper e F. Villar, “Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre”, *Em* 77.1, 2009, 1-32.
- Ptol.: V. Bejarano, *Hispania Antigua, según Pomponio Mela, Plinio el Viejo y Claudio Ptolomeu*, Barcelona 1987 (= *FHA* VII).
- MLH IV: J. Untermann, *Monumenta Linguarum Hispanicarum IV: Die tartesischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*, Wiesbaden 1997.
- Neto 1792: J. D. M. Neto, “Memoria sobre antiguidades das Caldas de Vizela”, *Memorias de litteratura portugueza*, tomo 3, Lisboa 1792, 93-110.
- Redentor 2011: A. Redentor, *A cultura epigráfica no conuentus Bracaraugustanus (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*, Coimbra 2011 (tese de Doutoramento, FLUC).
- Ribeiro 2010: J. C. Ribeiro, “Algumas considerações sobre a inscrição em ‘lusitano’ descoberta em Arronches”, *PalHisp* 10, 2010, 41-62.
- Santos 2010: M. J. C. Santos, (2010), “Inscrições rupestres do Norte de Portugal: novos dados e problemática”, *SEB* 8, 2010, 123-152.
- Silva 2007: A. C. F. Silva, *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira 2007².
- Tranoy 1981: A. Tranoy, *La Galice romaine: recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l’Antiquité*, Paris 1981.
- Untermann 1985: J. Untermann, “Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas”, J. de Hoz (ed.), *Actas III CLCP*, Salamanca 1985, 343-363.
- Vasconcellos 1905: J. L. Vasconcellos, *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*, II, Lisboa 1905.
- Vasconcellos 1913: J. L. Vasconcellos, *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*, III, Lisboa 1913.
- Villar 1995: F. Villar, “Un elemento de religiosidad indoeuropea: Trebarune, Toudopalandaigae, Trebopala, Pales, Višpálā”, *Kalathos* 13-14, 1993-95, 355-388.
- Villar 1996: F. Villar, “El teónimo lusitano Reve y sus epítetos”, in: W. Meid e P. Anreiter (eds.), *Die Grösseren Altkeltischen Sprachdenkmäler*, Innsbruck 1996, 166-211.
- Villar 2010: F. Villar, “Durbede, Deo Durbedico y el sufijo -ēto-”, *PalHisp* 10, 2010, 173-184.
- Witzak 1999: K. T. Witzak, “On the Indo-European Origin of Two Lusitanian Theonyms (LAEBO and REVE)”, *Em*. 67.1, 1999, 65-73.

Armando Redentor
Centro de Estudos Arqueológicos
das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP)
correo-e: aredentor@gmail.com

Fecha de recepción del artículo: 15/05/2013

Fecha de aceptación del artículo: 09/06/2013



Fig. 1: Distribuição dos testemunhos epigráficos do culto a *Reue* no Ocidente brácaro: 1, *Reo Bormanico*, Caldas de Vizela, VZL; *Bormanico*, Caldas de Vizela, VZL; 3, *Reo Sei(naico)* (?), Guisande, BRG; 4, *Senaico*, Braga, BRG; 5, *Reo Sancto*, Vermil, GMR; 6, *Reoue Vadumic(o)*, Silvares, LSD; 7, *Turiaco*, Santo Tirso, STS; 8, *[R]ego Turiaco*, Lamoso, PFR.



Fig. 2: Altar com a dedicatória *Bormanico*, Caldas de Vizela, Vizela.



Fig. 3: Altar com a dedicatória *Reo Sei(naico)* (?), Guisande, Braga.

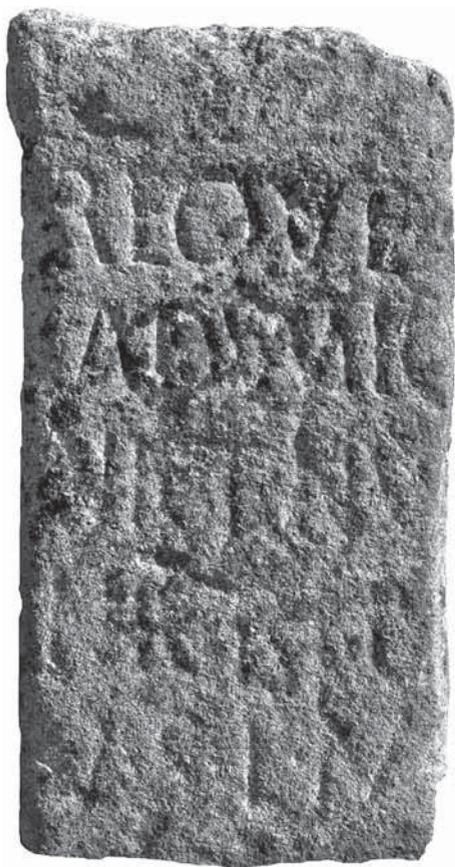


Fig. 4: Altar com a dedicatória *Reoue Vadumic(o)*, Silvares, Lousada.



Fig. 5: Altar com a dedicatória [*R*]ego *Turiaco*, Lamoso, Paços de Ferreira.

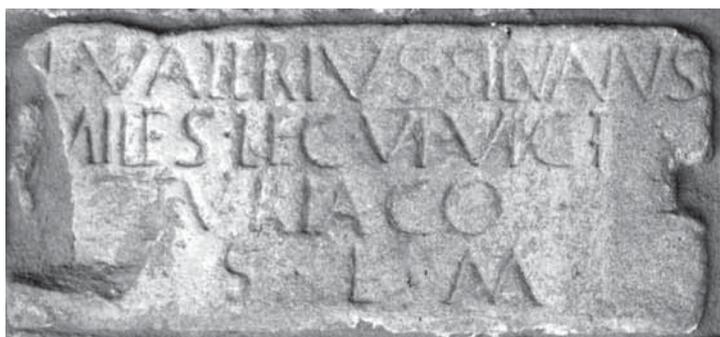


Fig. 6: Placa (?) com a dedicatória *Turiaco*, Santo Tirso, Santo Tirso.